

COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+ (CONAREDD+)

AJUDA MEMÓRIA DA OFICINA (7ª REUNIÃO) DA CÂMARA CONSULTIVA TEMÁTICA SOBRE SALVAGUARDAS

Brasília, 13 de setembro de 2018

Abertura

A oficina da Câmara Consultiva Temática (CCT) de Salvaguardas teve início às nove horas da manhã do dia treze de setembro de 2018.

Monique Ferreira, Coordenadora-Geral do Departamento de Florestas e Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA), deu as boas-vindas aos membros da CCT e agradeceu pela participação. Após a apresentação dos objetivos da oficina, comentou sobre a possibilidade de o Brasil participar do repasse de recursos do GCF ainda esse ano.

Luiz Andrade Filho, do Ministério das Relações Exteriores (MRE), lembrou as atividades desenvolvidas pela CCT durante esses anos de funcionamento. Dentre eles, o desenvolvimento de indicadores para o Sistema de Informações sobre Salvaguardas de REDD+ (SISREDD+) e o trabalho futuro da construção da ouvidoria para REDD+ e das estruturas de governança.

Informou que o principal objetivo da oficina era realizar a segunda qualificação dos indicadores para o SISREDD+ e elencar os principais deles, os quais são indispensáveis para o desenvolvimento do sistema. Sobre governança, os trabalhos da CCT estão se encerrando, mas seria importante discutir a criação de eventual nova instância de governança para a elaboração de diretrizes para o funcionamento do SISREDD+.

Objetivos da oficina:

- Avaliação da CCT em relação à segunda qualificação dos indicadores – continuidade do trabalho desenvolvido na Oficina SISREDD+ de Brasília; e
- Trabalhar as diretrizes da CCT para ouvidoria e governança do SISREDD+.

Posteriormente haverá a construção de um documento simplificado com as percepções da CCT acerca das instâncias de governança e ouvidoria propostos pelo SISREDD+.

Leticia Tura, coordenadora da CCT-Salv, apresentou a pauta dos dois dias de oficina. A ideia é que em vários momentos os participantes se dividam em grupos de trabalho para tratar dos pontos da pauta para posterior exposição das ideias em plenária.

Informes da Secretaria Executiva

Monique Ferreira fez os informes da Secretaria Executiva, sendo eles:

- A realização da reunião da CCT-Pacto em 23/08/2018. Foi feito um levantamento junto aos estados sobre as legislações estaduais relacionadas a clima e florestas. O grupo construiu diretrizes para harmonização das legislações com a ENREDD+ e fez uma minuta para apreciação da CONAREDD+ sobre os elementos para o monitoramento anual dos acordos de implementação de iniciativas com recursos do REDD+;
- Repasse dos subsídios da CCT-Salv: 2º Sumário concluído, ouvidoria, SISREDD+, capacitação;

Monique destacou a reunião como fundamental para o desenho do que vai ser o SISREDD+, além do entendimento comum acerca da ferramenta. Ressaltou que o sistema não se limita aos indicadores que vêm sendo desenvolvidos ao longo dos últimos meses, pois conta também com um componente de ouvidoria e um elemento de governança.

- Afirmou a participação do MMA na chamada do GCF.

Luiz apresentou a resposta da coordenação da CCT-Salv sobre a demanda dos PIPCTAFs para a realização de três seminários regionais antes do seminário nacional do SISREDD+. O coordenador informou que diante da proximidade do seminário e da restrição de recursos seria inviável realizar as oficinas regionais antes do seminário nacional. Após manifestações dos membros sobre os objetivos dos seminários, discutiu-se a possibilidade de realização de eventos para ampliação do debate de REDD+ e salvaguardas com as bases de PIPCTAF após o Seminário Nacional do SISREDD+, em 2019. O assunto será retomado quando do início dos trabalhos da CONAREDD+ em 2019.

Manifestação dos membros:

Os participantes voltaram a ressaltar a proposta da realização das três oficinas regionais para a discussão dos indicadores do SISREDD+. Sob o entendimento dos mesmos, a atividade se faz necessária para garantir que o processo seja participativo e que as comunidades representadas por eles tenham entendimento de como foi o processo.

Toya, presidente da APIB, criticou a pouca quantidade de representantes de Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PIPCTAFs) na Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+). Disse também que a baixa representatividade é uma fragilidade da

estrutura de governança, uma vez que considera fundamental a sensibilização de mais PIPCTAFs acerca dos processos de REDD+. Reiterou que vê a realização das oficinas regionais como questão fundamental para enfrentar esse desafio.

Janete Oliveira, representante dos povos de terreiro e de matriz africana, reafirmou que a baixa representatividade dos PIPCTAFs nos processos de REDD+ gera fragilidade no processo. Reiterou que também considera importante o repasse das discussões para os povos que cada um aqui representa. O seminário é uma forma de respaldar a fala dos representantes perante as comunidades.

Edel perguntou sobre a possibilidade de se ter pelo menos duas oficinas regionais, uma para povos indígenas e uma para povos e comunidades tradicionais. Ressaltou que as oficinas são vistas como um espaço para ampliação e diálogo do processo do SISREDD+ com as bases, e colocou o grupo à disposição para auxílio na mobilização das bases.

Luiz Andrade recordou os esforços já empreendidos para ampliar a participação de PIPCTAFs na CCT e em suas atividades relacionadas. Esclareceu que o propósito do seminário nacional não é a elaboração de nenhum documento, e perguntou para o grupo sobre quais seriam os temas discutidos nos seminários regionais propostos pela CCT.

Toya afirmou que é a chance de se discutir os indicadores com um maior número de PIPCTAFs. Afirmou que o maior interesse é a questão política. Levar para os povos indígenas todo o processo de REDD+ que está acontecendo.

Luiz Andrade disse que enxerga o seminário nacional como uma nova oportunidade de discutir até onde se chegou sobre o protótipo do que vem a ser o SISREDD+. Perguntou para o grupo qual seria a necessidade de atrelamento dos seminários regionais serem realizados antes do seminário nacional. Luiz ressalta que o atraso de agenda não é interessante e que não necessariamente o seminário nacional tem que estar atrelado aos regionais, em função dos objetivos distintos de cada um deles. Considerou que poderia ser mais proveitosa a realização dos seminários regionais para PIPCTAFs após o seminário nacional, pois as percepções sobre o SISREDD+ vão estar mais claras para tanto a CCT quanto o para o governo federal.

Cláudia Pinho, presidente do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), afirmou que os pontos de vista são diferentes. A proposta da CCT é o empoderamento das lideranças e o fortalecimento político. Ela considera a percepção do Luiz interessante, e que os indicadores vão além dos posicionamentos políticos da CCT acerca do sistema. A ideia é agregar ao processo antes da definição das questões mais técnicas – indicadores. Os indicadores têm um processo de construção, desde a primeira oficina. Inicialmente não havia tanta sensibilidade

quanto às proposições dos PIPCTAFS e entende que a inserção de mais pessoa do processo é uma forma de maior apoio de governança futura.

Edel Moraes mencionou iniciativa chinesa de projetos de carbono florestal para o mercado voluntário de emissões em territórios tradicionais e a existência de um *site* que já apresenta vários financiadores que previamente foram considerados inadequados.

Cláudia Pinho falou sobre a existência de bons e maus exemplos de apoiadores de REDD+. Algumas organizações já fazem captação de REDD+ usando o nome da comunidade sem consultá-la e sem o repasse adequado dos recursos.

Luiz Andrade resgatou o conceito de capacidade e que o desenvolvimento deve ser desenvolvido em dois lados. Fala que está complicado para o governo federal destinar recursos para a realização dos seminários regionais, uma vez que a atividade não estava prevista no escopo das atividades da CCT ou do desenvolvimento do SISREDD+.

Letícia Tura disse que, em seu entendimento, a demanda da CCT é a diferenciação de “REDD+ privados” (projetos de carbono florestal para o mercado voluntário de emissões) dos nacionais e a estrutura da própria ENREDD+.

Monique Ferreira reiterou que não há previsão de recurso e esforço de comunicação para a elaboração dos seminários regionais. Convidou o grupo para pensar em como se pode aproveitar o seminário nacional da forma mais favorável. Ressaltou que o MMA está acessível e engajado com as CCTs para que, em conjunto, se pense sobre como atingir os objetivos já previstos da melhor maneira possível.

Toya disse que não há objeção em se fazer os regionais após o nacional, uma vez que haja o comprometimento do governo de que haverá um esforço para captação de recursos necessários para a realização dos seminários regionais.

Luiz convidou o grupo para começar a estruturar as pautas dos seminários regionais oportunamente, dado o pouco tempo da reunião e a vasta pauta a ser abordada.

Letícia falou sobre a possibilidade de colocar a orientação de encaminhamento, ressaltando que quanto mais clara e bem desenvolvida está a proposta, mais fácil é a arrecadação de recursos.

Fernanda Bortolotto, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), citou a possibilidade do uso do recurso do *Green Climate Fund* (GCF) para a realização das oficinas regionais.

Monique Ferreira considerou a proposta boa e indicou que será estudada. O projeto do GCF tem resultados na Amazônia, logo o foco de aplicação dos recursos de lá – 80%. Um dos

componentes provê o apoio à implementação ENREDD+ e assim esses processos das oficinas regionais poderiam ser abarcados financeiramente.

Avaliação do termo Agricultores familiares e tradicionais na conceitualização das Salvaguardas

Cláudia Pinho sugeriu a retirada do termo de agricultores tradicionais dos textos relativos à REDD+. Com a justificativa de o termo não ter marco legal assegurando a temática. Assim, o uso do mesmo traz fragilidades do ponto de vista legal. O Decreto nº 6.040/2007 formaliza com mais clareza as questões dos povos tradicionais. Sob o ponto de vista desta CCT, a Lei nº 12.512/2011 favorece o setor de agropecuária, o que é contrário dos objetivos dos povos e comunidades tradicionais.

Edel Moraes, representante do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), ressaltou que enxerga a inclusão do termo como uma brecha para enfraquecimento de um processo delicado para os povos e comunidades tradicionais.

Foi decidido submeter à apreciação da CONAREDD+ a sugestão de se referir, no documento de conceitualização de salvaguardas, somente a “agricultores familiares”, retirando “tradicional” do conceito.

Avaliação da solicitação da FUNAI sobre a inserção de povos indígenas isolados no documento de conceitualização das Salvaguardas

Acerca da inclusão da FUNAI para a inserção de menção a povos isolados no documento de contextualização das salvaguardas, os participantes, de maneira unânime, não ofereceram objeções.

Apresentação da síntese dos resultados da qualificação pela Camila Pianca, da NSC

O objetivo desta oficina da CCT-Salvaguardas foi apreciar os indicadores que resultaram do processo das oficinas anteriores. Foi apresentado o fluxograma do caminho percorrido até o momento, ressaltando que processo atualmente se encontra na etapa 2 – a qualificação dos indicadores.

Camila apresentou o balanço geral dos indicadores e como se deu a seleção dos indicadores e a própria exclusão de alguns pelos próprios grupos, nas oficinas, em função de dificuldades de se estabelecer métricas e/ou linhas de base ou por problemas com as fontes de dados. O material dos indicadores selecionados pelos grupos foi enviado pelo e-mail, os 63 foram trabalhados

pelos grupos. Camila ressaltou a importância em se usar esse espaço da oficina para o esclarecimento de dúvidas acerca dos indicadores excluídos. Informou que cada salvaguarda tem necessidades específicas de números de indicadores, a variar de acordo com sua complexidade.

O processo de qualificação do sistema é contínuo, sendo necessária a priorização dos indicadores-chave no contexto nacional de salvaguardas para já começar a ser rodado o modelo e assim, identificar previamente os pontos passíveis de melhoria.

Ainda resta a etapa 3, que prevê o desenvolvimento do modelo conceitual do SISREDD+, que será iniciado a partir da oficina. O seminário nacional é visto como um momento de apresentação dos resultados obtidos até então, mas sem a visão de que é o final do processo. A fase de aplicação dos indicadores será uma atividade contínua (avaliação-validação-revisão-divulgação). A ampliação do debate vai dar continuidade ao progresso da construção participativa do SISREDD+ e de seu conceito. O próximo ciclo diz respeito ao aprimoramento e manutenção do sistema.

Letícia Tura disse estar satisfeita com o resultado do trabalho desenvolvido até o momento, o qual reflete as discussões realizadas nas oficinas e contempla diversos aspectos sobre o sistema. Sua ressalva é sobre a estagnação e exclusão dos indicadores da ouvidoria (D princ. 5).

Cláudia Pinho considerou que o documento tem muita coisa e poderia contar com uma equipe que tem *expertise* no processo para ajudar no melhor entendimento do trabalho desenvolvido. O documento foi visto como robusto e que cumpre o objetivo de salvaguardar, refletindo, assim, o que os PICPTAFs consideram importante.

Janete Oliveira ressaltou que o processo de entendimento do que é a CCT e suas atribuições foi um trabalho desenvolvido em grupo, de toda a compreensão do REDD+ e seus mecanismos.

Atividade sobre apreciação dos indicadores aprovados

Carlos Eduardo, consultor da NSC, explicou brevemente a atividade avaliação dos indicadores aprovados pela CCT-Salvaguardas, trabalho que aconteceria logo em seguida, em grupos. O objetivo foi o de refletir se o indicador deve continuar no processo ou ser excluído por algum motivo, ou se está aberto para ampliação de detalhes.

Os sessenta e três (63) indicadores foram divididos em quatro grupos com temas correlatos, para discussão dos mesmos (não foram separados por salvaguardas). Cada grupo de trabalho deveria selecionar três indicadores prioritários.

Cláudia Pinho disse que entende a necessidade de priorização, mas que os doze indicadores selecionados podem não refletir a dimensão dos demais. Questionou o critério de escolha do número doze.

Carlos Eduardo explicou que o objetivo foi o de fazer valor a importância, força daqueles que não podem ficar de fora e poderiam ser excluídos durante o processo, como outros já foram.

Letícia Tura ressaltou que a expectativa é de que fiquem cerca de 40 indicadores. Esse momento deveria ser utilizado para selecionar as prioridades a serem consideradas durante o processo de implementação. E nesse sentido, se houver a necessidade de esforço extra, esses doze indicadores selecionados terão prioridade.

Cláudia Pinho expressou seu receio de que fiquem apenas os doze indicadores, principalmente devido ao cenário político e econômico.

Janete Oliveira afirmou que considera mais fácil o estabelecimento de quarenta indicadores do que de apenas doze, dados os diferentes temas de cada um e todo o processo de seleção que partiu de um total de 236 indicadores.

Toya considerou relevante a seleção dos indicadores mais importantes para o funcionamento do sistema, especialmente pensando na questão da implementação dos indicadores.

Assim, optou-se por não se priorizar indicadores nessa etapa do processo.

A divisão de grupos foi livre, com o mandato apenas de terem entre 3 e 4 pessoas em cada grupo para nenhum ficar desfalcado.

- Economia (produção sustentável e repartição de benefícios): Cláudia, Alícia, Letícia
- Gestão pública (comento e controle / fiscalização e monitoramento, áreas protegidas): Toya, Janete, Alexandre, Cristina e Edel
- Funcionamento de REDD+ (políticas públicas de REDD+, destinação de recursos e ouvidoria): Leandra, Daniel, Carmo e Eduardo
- Direitos (educação/capacitação, participação, direitos): Camila, Fernanda, Camila, Denizia, Luiz

Os grupos avaliaram cada um dos indicadores, identificando quando havia possibilidade de unir indicadores ou de excluí-los. Ainda houve avaliações sobre a volta de indicadores que saíram da seleção durante o processo de qualificação. Os indicadores que ficaram e os que saíram foram escritos em tarjetas de cores diferentes. Também foram coletadas observações a respeito dos

indicadores. Ao final dos trabalhos em grupo, um representante de cada grupo apresentou o resultado dos trabalhos aos demais membros.

Brasília, 14 de setembro de 2018

O segundo dia da oficina da Câmara Consultiva Temática (CCT) de Salvaguardas teve início às nove horas da manhã do dia quatorze de setembro de 2018, com a apresentação dos pontos que já haviam sido discutidos acerca das ouvidorias.

Os membros se dividiram em dois grupos de trabalho para discussão sobre a ouvidoria do SISREDD+ e sobre como seria sua estrutura e funcionamento. Ainda no período da manhã, os grupos se reuniram novamente em plenária para exposição e discussão sobre o que foi trabalho em grupo e para harmonização de uma proposta da CCT-Salvaguardas sobre a ouvidoria do SISREDD+.

No período da tarde, os membros se dividiram novamente em dois grupos para discussão sobre o modelo de governança do SISREDD+. As perguntas norteadoras foram apresentadas para que as discussões pudessem cobrir pontos essenciais deste debate. Os grupos voltaram para a plenária para apresentar suas discussões.

A CCT-Salvaguardas discutiu critérios que deveriam ser observados para a construção da governança das salvaguardas de REDD+. A coordenação da CCT-Salv facilitou a discussão e a Secretaria Executiva registrou todos os encaminhamentos.

Como encaminhamento da 7ª reunião da CCT-Salv e da oficina de avaliação dos indicadores do SISREDD+, a Coordenação da CCT-Salv irá sistematizar as contribuições e os trabalhos realizados em um documento, incluindo os registros e encaminhamentos para que todos possam contribuir com o documento final, que será encaminhado à CONAREDD+.

[O documento consolidado de diretrizes para ouvidoria e governança (anexo) foi compartilhado por email com os membros da CCT-Salv em 21 de setembro de 2018.]

Diretrizes para o estabelecimento de uma ouvidoria sobre salvaguardas de REDD+ no Brasil

Elaboradas a partir dos debates da Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas

Versão 1.0

{Objetivo}

A ouvidoria do Sistema de Salvaguardas de REDD+ (SISREDD+) terá como objetivo servir de canal de diálogo permanente entre o Estado e cidadãos brasileiros, a fim de fortalecer e promover os direitos socioambientais relacionados a políticas, iniciativas e uso de recursos de REDD+ no território nacional.

{Atribuições}

Serão atribuições da ouvidoria:

- Receber diferentes formas de manifestação cidadã (solicitações de informações, reclamações, denúncias, elogios e sugestões) e dar-lhes o devido tratamento ou encaminhamento, zelando pelo sigilo das fontes, se necessário;
- Apoiar a implementação da Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+) e subsidiar os trabalhos da Comissão Nacional de REDD+ no tocante ao tema de salvaguardas;
- Incentivar a participação cidadã e o controle social da ENREDD+, fortalecendo a credibilidade e a eficácia da política;
- Servir de fonte de informações para a avaliação, a revisão e a validação dos indicadores de monitoramento do SISREDD+;
- Disseminar informações oficiais sobre a ENREDD+.

{Funcionamento}

A fim de garantir seu funcionamento de maneira eficaz, a ouvidoria do SISREDD+ deverá:

- Estar integrada a uma ouvidoria formalmente constituída no âmbito do Governo Federal, idealmente no Ministério do Meio Ambiente;
- Compor a governança das salvaguardas no âmbito da ENREDD+ e estar em diálogo constante com suas demais instâncias de participação;
- Atuar, tanto de forma presencial quanto virtualmente, de forma colaborativa, não hierárquica, continuada e em rede com demais ouvidorias da administração pública,

com o Ministério Público e com outros colegiados relevantes para políticas de mudança do clima, florestais, agrárias, agrícolas, fundiárias, indígenas, de povos e comunidades tradicionais e de direitos humanos;

- Funcionar de forma ágil e desburocratizada e contar com estrutura institucional, de pessoal e financeira adequada a seu mandato, respeitadas as normas vigentes para ouvidorias do Governo Federal;
- Promover a sensibilização contínua sobre o tema de salvaguardas a servidores públicos, nas esferas federal, estadual e municipal, que atuem na implementação de políticas, de iniciativas e de uso de recursos de REDD+ no território nacional;
- Tratar e encaminhar as demandas com precisão, qualidade e agilidade;
- Fazer uso de ferramentas de comunicação e gestão de dados;
- Fazer a divulgação regular da ouvidoria e sua importância, inclusive por meio de campanha em meios de comunicação diversos;
- Identificar necessidades de treinamento sobre o tema de salvaguardas de REDD+, a partir da análise das informações coletadas pela ouvidoria;
- Estar em constante aprimoramento.

Diretrizes para o estabelecimento de uma instância de participação permanente sobre salvaguardas sob a CONAREDD+

Elaboradas a partir dos debates da Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas

Versão 1.0

{Objetivo}

Acompanhar e avaliar a abordagem e o respeito às salvaguardas de REDD+ pelas políticas públicas que levam a resultados de REDD+ e pelas iniciativas de pagamentos por resultados de REDD+, sob orientação da CONAREDD+ e em consonância com suas resoluções relevantes.

{Natureza}

Instância permanente de caráter consultivo, sob autoridade da CONAREDD+, com paridade de representação governamental e não governamental.

{Atribuições}

Serão atribuições da referida instância:

- Elaborar insumos para as sucessivas edições dos sumários de salvaguardas e realizar o controle de qualidade de seu texto;
- Avaliar, revisar, validar e acompanhar os indicadores do SISREDD+;
- Examinar casos de violação de salvaguardas trazidos à atenção da CONAREDD+, inclusive por meio da ouvidoria do SISREDD+;
- Apoiar a ouvidoria em seus trabalhos e na constituição de uma rede com demais ouvidorias;
- Formar rede de atores e instituições relevantes para o funcionamento do SISREDD+;
- Identificar e informar à CONAREDD+ a necessidade de diligências e missões *in locu* para eventuais casos de violações de direitos, sobretudo de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, inclusive a partir de informações vindas da ouvidoria do SISREDD+.

{Composição e funcionamento}

A CONAREDD+ poderá disciplinar a composição da referida instância e seu funcionamento a partir das seguintes orientações:

- Buscar o equilíbrio de gênero, geracional e regional;
- Ter composição institucional fixa, com designação nominal dos representantes, a partir de seu engajamento com o tema;
- Para o segmento governamental, considerar as pastas envolvidas com políticas de mudança do clima, florestais, agrárias, agrícolas, fundiárias, indígenas, de povos e comunidades tradicionais e de direitos humanos;

- Para o segmento não governamental, buscar indicações a partir das entidades e associações representativas;
- Prever duração de mandato dos membros, assim como regras para sua renovação gradual e parcial e substituição em casos de faltas consecutivas injustificadas;
- Prever convites a indivíduos e entidades de notório saber, para contribuir com as discussões;
- Considerar diferentes formas de saber, não apenas aqueles de natureza técnica e científica, mas também o conhecimento e o saber dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares.